



INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO: PROPOSTAS RENOVADAS, PRINCÍPIOS DE SEMPRE – UM DOSSIÊ

João Queirós
ESE-P. PORTO / Universidade do Porto

Maria João Oliveira
Universidade do Porto

Investigação, intervenção comunitária, desenvolvimento metropolitano

Este número especial dos Cadernos IS-UP resultou da participação de uma pequena equipa do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) no processo de conceção das operações integradas incluídas no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas, que a Área Metropolitana do Porto (AMP) concebeu e promove com financiamento do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (“Componente 3 – Respostas Sociais”)¹.

No quadro das atividades de assessoria técnico-científica desenvolvidas pela equipa do IS-UP, cujo propósito geral foi o de apoiar e qualificar o desenho e estruturação das intervenções a desenvolver pelos municípios da AMP nos territórios por si previamente identificados como “comunidades desfavorecidas”, houve lugar à participação na conceção e organização de um ciclo de webinars destinado ao enquadramento temático e conceitual e à capacitação de responsáveis político-institucionais e pessoal técnico das Câmaras Municipais acerca dos princípios e melhores práticas de que hoje pode revestir-se a intervenção comunitária em territórios metropolitanos. As contribuições incluídas neste dossiê correspondem a algumas

das intervenções acolhidas neste ciclo de sessões temáticas, havendo também nelas espaço para a integração de perspetivas e ilustrações práticas que, não tendo sido objeto de apresentação e discussão naquele âmbito, permitem complementar e reafirmar o respetivo intuito.

Os textos selecionados cobrem domínios e áreas de atuação como as que se referem à inclusão social e cultural de jovens, à educação para a cidadania, à revalorização e afirmação de identidades locais, à capacitação e inclusão digitais. Como evidenciará a leitura de cada um dos cinco artigos que, para além deste, compõem o presente número especial dos Cadernos IS-UP, os focos selecionados são diversos, os contextos abordados são distintos e as metodologias de intervenção descritas e discutidas são diversificadas. Mas o que resulta como mais evidente da leitura conjunta das reflexões reunidas neste volume é a valorização que nelas é feita, de forma mais ou menos explícita, de alguns princípios fundamentais estruturadores de uma intervenção comunitária capaz de assumir-se como elemento-chave da promoção do desenvolvimento local e, enfim, do reforço da coesão do tecido social metropolitano.

Desde logo, a convicção de que a intervenção comunitária não pode nunca dispensar a produção, apropriação e mobilização de conhecimento detalhado sobre as pessoas e os contextos que visa – conhecimento construído nos quadros de expressão da vida quotidiana, com base nos saberes, perspetivas e experiências dos atores, mas validado de forma sistemática com recurso aos protocolos e procedimentos da investigação científica e partilhado entre todos os agentes implicados.

Depois, a centralidade conferida à participação, entendida enquanto dimensão central da cidadania democrática. Participação de todas as pessoas, independentemente das respetivas idades e condições, em todos os locais e momentos e em todos os processos inerentes à intervenção, desde a respetiva conceção à avaliação final e à reconfiguração dos caminhos a selecionar e a percorrer ulteriormente.

Nas linhas ou entrelinhas destes textos, fica igualmente clara a compreensão da importância da intervenção a diferentes escalas. Afastando-se

1 Projeto FLUP/PS-CPS/2022-78821, *Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto – Assessoria Técnico-Científica*, financiado pela JPQ Consultores, para a Área Metropolitana do Porto. Cf. AMP (2021).

da ingenuidade que significaria conceber o quadro local como origem e destino únicos do percurso investigativo e interventivo, as experiências relatadas e as propostas avançadas nos artigos que se seguem conhecem as relações íntimas e complexas que ligam a realidade (micro)local ao quadro (macro)global, através da ação mediadora da dimensão (meso)contextual e institucional, e compreendem que o que acontece no espaço-tempo concreto da intervenção é, em larga medida, determinado por lógicas e fatores que o transcendem, pressupondo, portanto, atuação multiescalar coordenada. O que não significa – como os autores e as autoras destes textos seguramente confirmariam – desconsiderar o potencial de mudança individual e coletiva contido na intervenção realizada na escala micro – a escala em que a vida de todos os dias acontece e em que os futuros possíveis podem, afinal, ser (re)construídos.

Da leitura destes textos chegam ainda ecos da reafirmação da indispensabilidade do envolvimento e da responsabilização de todas as partes implicadas nos projetos, desde os responsáveis político-institucionais às populações que se pretende que construam caminhos de contraversão das respetivas situações de desfavorecimento material e simbólico, passando pelos profissionais da intervenção social, cultural e educativa. Neste ponto, talvez possa colocar-se a questão das possibilidades, e até da legitimidade, da solicitação do envolvimento e responsabilização das pessoas – nestes casos, sintomaticamente designadas como “destinatárias” ou “beneficiárias” – em “programas” e “operações” em cuja conceção e estruturação não foram implicadas. Igualmente problemática é, neste âmbito, a reunião de garantias, pelas populações locais, de que as determinações e caminhos de desenvolvimento por si delineadas e abertas ao cabo dos projetos em que se envolvem são assumidas, viabilizadas e prosseguidas pelo pessoal técnico e pelos responsáveis político-institucionais, sustentando-se dessa forma processos de mudança efetiva e perene. São problemas de envolvimento e responsabilização que afetam, muito em especial, os programas e intervenções pressionados por calendários de execução física

e financeira apertados, e com arquitetura prévia e heteronomamente determinada – mas problemas que, assumindo o risco do jogo de palavras, só com mais implicação, mais envolvimento, mais transparência e mais responsabilização cruzada podem ser ultrapassados.

Conhecimento validado e partilhado, participação cidadã, interação e atuação multiescalar, coresponsabilização: eis alguns princípios que, longe de configurarem “inovações” – eles são, afinal, princípios de sempre – , podem apoiar uma renovação das práticas da intervenção comunitária promovida em prol do desenvolvimento e da coesão social e territorial.

Do contexto aos textos

Muitas são as formas pelas quais a investigação científica pode dialogar com a sociedade e atuar sobre as suas estruturas e propriedades. Da investigação-ação às múltiplas práticas de participação ativa dos cidadãos em atividades científicas – no âmbito daquilo a que hoje se chama “ciência cidadã” – , é vasto o espaço de possibilidades ao dispor de uma conceção de investigação desenvolvida de forma mais inclusiva, participada e democrática (Oliveira & Queirós, 2022).

Para além de possibilitarem a reflexão e a aprendizagem a propósito de princípios e experiências de investigação e intervenção em contexto comunitário, os textos incluídos neste dossiê constituem relatos de encontros de natureza e intensidade muito diversas, mas sempre construídos de forma consciente e explícita, entre esferas tantas vezes dissociadas – a academia, o organismo público, a instituição social, a comunidade e os seus grupos e organizações. A exploração de casos práticos permite evidenciar possibilidades e desafios dos caminhos metodológicos escolhidos para a concretização de tais encontros, mas também discutir o tipo e o nível de participação cidadã almejados e efetivamente alcançados e os modos como conhecimento científico e intervenção podem articular-se – quer (e isso é o mais importante) na construção de processos de tomada de decisão, quer, por outro lado, na eventual promoção

da cultura científica e na disseminação dos seus valores e princípios pelo conjunto da sociedade.

São cinco os textos que compõem o dossiê incluído neste número dos Cadernos IS-UP.

O primeiro, da autoria de Hugo Cruz, intitulado “Participação e Cidadania: O caso das práticas artísticas participativas e comunitárias”, abre caminho a uma reflexão geral sobre a importância da participação em processos de promoção do desenvolvimento local e comunitário, nas suas diferentes dimensões, procurando especificar essa reflexão com recurso a um conjunto de exemplos nacionais e internacionais de projetos de intervenção de cariz cultural e artístico. O autor começa por enquadrar teoricamente o conceito de participação, para depois discutir como esta pode ser potenciada, com inevitáveis consequências positivas para os envolvidos e suas comunidades. Chamando a atenção para o facto de o modelo participativo não garantir, por si só, o sucesso da ação, Hugo Cruz elenca um conjunto de princípios que podem ser seguidos para assegurar a qualidade e eficácia dos processos.

Segue-se um artigo da autoria de Paula Guerra, intitulado “Sinais, marcas e encontros: Trajetos e interseções entre as artes, a participação-ação e a investigação”. Focado na problemática da exclusão social de certos segmentos da população juvenil, o artigo propõe um “roteiro teórico-empírico” em torno do papel das estratégias metodológicas de investigação e intervenção de base artística, que a autora considera que não só contrariam a clássica (e persistente) divisão entre teoria e trabalho empírico, como potenciam os resultados da intervenção em contexto. A ilustração dos argumentos é feita com recurso à exploração de três projetos que combinam sociologia e arte em prol da inclusão social de jovens provenientes de territórios identificados como desfavorecidos económica e culturalmente.

Articulando-se com esta linha de reflexão, o artigo “Olhares que ampliam vozes: experiências de Foto-voz em pesquisa com jovens”, da autoria de Ana Dias Garcia, explora as potencialidades do “Foto-voz” enquanto método artístico-criativo de intervenção junto de jovens em situação de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que discute a natureza

da pesquisa participativa enquanto processo de coconstrução de conhecimento científico. A experiência de trabalho que este artigo detalha, resultante de uma investigação de doutoramento em ciências da educação, suscita o aprofundamento da discussão em torno do conceito de participação (de jovens), permitindo também repensar a investigação(-ação) enquanto exercício de (re) construção de cidadania.

O artigo de Sofia Marques da Silva, intitulado “Comunidades criativas para a inclusão digital: laboratórios de políticas e práticas territorializadas para a inclusão digital”, salta da esfera artística para a esfera tecnológica, mas sem perder de vista os conceitos de participação e cidadania. No artigo, cujo argumento se suporta na longa experiência de investigação da autora nos domínios da educação e das metodologias de investigação e intervenção socioeducativa, são apresentados o conceito e a metodologia de trabalho das “comunidades criativas para a inclusão digital”, grupos de aprendizagem e capacitação intergeracionais apostados na promoção da autonomia, da cidadania e do desenvolvimento social por via do reforço de competências e da inclusão digital.

Com um foco essencialmente micro e intensivo, o artigo de Inês Santos Moura discute as virtualidades do uso da pesquisa audiovisual participativa, de cariz antropológico, na coprodução de conhecimento e na perspetivação da mudança social. Intitulado “Sou Bairrista”: criação de vídeo-narrativas sobre e com as pessoas habitantes do Bairro Herculano”, o texto resulta de uma investigação de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais e apresenta um conjunto de narrativas de moradores de uma vetusta comunidade local da cidade do Porto. Da pesquisa a que o texto se refere, resultaram nove vídeo-narrativas, a criação de um web-documentário sobre o bairro e uma importante reflexão sobre a génese partilhada de significados, representações e perspetivas sobre o passado, o presente e o futuro da comunidade.

Referências Bibliográficas

- Área Metropolitana do Porto [AMP] (2021). Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Porto: AMP/JPQ Consultores. Disponível online em: http://portal.amp.pt/media/documents/2022/01/28/PACD_AMP_Aprovado.pdf (acedido em julho de 2023).
- Oliveira, M. J., & Queirós, J. (2022). "Da ciência social à ciência social cidadã: contributos para a problematização de um conceito". Working Papers IS-UP, n.º 95, 16 pp. Disponível online em: <https://isociologia.up.pt/bibcite/reference/1162> (acedido em julho de 2023).

João Queirós Sociólogo. Licenciado e doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investigador Colaborador do inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação, na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Desde 2019, desempenha funções enquanto Subcoordenador do Grupo de Projeto do PIAAC em Portugal.

Maria João Oliveira Socióloga. Licenciada e doutorada em Sociologia – especialização em Desigualdades, Cultura e Territórios – pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigadora Auxiliar no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), em funções de gestão de ciência.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 15 de dezembro de 2023.